



Por caminhos entrelaçados:
centros de documentação e fontes coloniais

SÍLVIA RACHI*

Introdução

Este trabalho configura-se por duplo propósito: dar a conhecer atividades desenvolvidas pelo Centro de Memória e de Pesquisa Histórica (CMPH) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), e, dentre elas, o projeto de identificação, reprodução, sistematização e, principalmente, de facilitação de acesso a fontes primárias fundamentais sobre a História da América portuguesa.

A massa documental custodiada pelo CMPH é composta por registros textuais, imagéticos, sonoros e audiovisuais, além de objetos que testemunham a história da “cultura material” da Universidade. Abriga, ademais, importantes referências bibliográficas e documentação de origem privada, recolhida e produzida por pesquisas institucionais sobre Minas Gerais.

Parte considerável dos registros encontra-se organizada e disponibilizada para pesquisa, sendo facultada a consulta à comunidade externa. O CMPH empreende, de igual modo, investigações ligadas a temáticas diversas, inclusive, em âmbito internacional.

Nessa perspectiva é que se configura o presente trabalho. Tem como objeto documentos manuscritos, em grande parte inéditos, que se encontram depositados em arquivos e bibliotecas de Portugal. Ou seja, dedica-se a acervos caracterizados como artefato cultural indispensável para o melhor conhecimento de nosso período colonial. Substancialmente, busca democratizar o contato e a utilização das fontes históricas existentes em instituições nem sempre consultadas pelos estudiosos da história brasileira, como sejam, aquelas localizadas nas cidades de Braga, Porto, Coimbra e Évora, e outras tantas sediadas em Lisboa, como o Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal.

À guisa de exemplo, cite-se a pesquisa implementada neste ano, da qual aqui apresentamos resultados parciais, cujas etapas foram e/ou estão sendo as seguintes:

* Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutora em História da Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.



- Realização de leitura paleográfica da documentação manuscrita relativa à História de Minas Gerais integrante dos códices e dos “avulsos” do acervo da Divisão de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal

- Redação de verbetes / sumários de cada texto dos referidos registros textuais
- Elaboração de quadros-resumo dos registros
- Elaboração de índices onomástico, toponímico e ideográfico dos registros
- Preparação de edição dos quadros e índices, acompanhada de DVD contendo cópia digitalizada dos documentos originais, para efeito de publicação (*on line* e em *e-book*).

Na realidade, o conjunto dos esforços em pauta tem por finalidade evidenciar como o centro de documentação de uma universidade destina-se, dentre outras ações, a compilar amplo e difuso universo documental sobre determinada realidade sócio-histórica, com vistas a identificar sua organicidade, nos termos do que é proposto pelo Simpósio Temático da ANPUH a que se habilita, isto é, “analisando os processos que regem a acumulação de documentos, a configuração interna dos conjuntos documentais, bem como sua transmissão, organização e disponibilização”.

Para o presente texto, selecionamos a pesquisa concluída, qual seja: a inventariação e disponibilização dos documentos pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal.

Esta documentação foi de extrema importância para estudos relacionados à realidade colonial, em particular, à Capitania de Minas Gerais, uma vez que:

O Tribunal de Contas português – órgão de soberania na qualificação da Constituição da República Portuguesa de 1976 – é uma das mais antigas instituições do Estado português, remontando as suas raízes ao séc. XIII, quando se começa a desenhar o embrião da Casa dos Contos, primeiro órgão de ordenação e fiscalização das receitas e despesas do reino. Todas as instituições que se seguiram, da Casa dos Contos ao atual Tribunal de Contas, evidenciam uma linha de continuidade que as define como pilares fundamentais da administração e controlo das finanças públicas portuguesas e, por consequência, da consolidação do próprio Estado. (MARTINS, 2015: 8).

Na documentação trabalhada e publicada no âmbito do Centro de Memória e de pesquisa Histórica da PUC Minas, dada sua relevância para investigações sobre o contexto colonial, cumpriu-se a sistemática mencionada.

No primeiro momento, procedeu-se à identificação dos manuscritos respeitantes à Capitania do Ouro e, em seguida, realizou-se a microfilmagem dos alfarrábios. Seguiu-se, então, a leitura minuciosa de cada documento, a criação dos verbetes, sumariando os assuntos tratados, ou seja, as chamadas entradas. Posteriormente, houve a revisão de cada verbe

criado, por fim, a elaboração dos índices ideográfico, toponímico e onomástico e o processo de publicação *online*.

De acordo com os autores Caio Cesar Boschi e Régis Quintão, o objetivo da empreitada é a democratização ao acesso “dos estudiosos da História do Brasil a um acervo que é praticamente por eles desconhecido”. (BOSCHI; QUINTÃO, 2015: 9). Sua importância reside no fato de serem documentos concernentes

à administração dos contratos por meio dos quais a Coroa arrecadava os tributos e os impostos da Colônia. Além disso, ela abrange o acervo da Demarcação Diamantina, sobretudo da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes, tanto no respeitante às administrações instaladas no Arraial do Tijuco e no Rio de Janeiro como dos órgãos de gestão superior sediados em Lisboa. (BOSCHI; QUINTÃO, 2015: 9).

Neste sentido, torna-se importante ressaltar que o Centro de Memória e de História da PUC Minas¹ ainda que tenha em suas origens o compromisso e a função de guarda da documentação institucional, busca alargar suas atividades, proporcionando, além do aprendizado para alunos (estagiários e funcionários) sobre o trabalho com documentação de períodos remotos, o acesso e a divulgação de fontes documentais essenciais para o estudo desses contextos.

Para tanto, as funções desenvolvidas pelo CMPH, visam, sobremaneira, o aprofundamento nos diferentes campos relacionados ao trabalho arquivístico e de pesquisa histórica. Premissa que tem norteado as ações de formação dos estagiários e funcionários, no intuito de alçamos à condição de um Centro de Pesquisa que, em seu interior, abrigue o Centro de Documentação (de maneira ampla) e o Centro de Memória (institucional).

As frentes de trabalhos: Os centros de memória no mundo atual

Em um mundo globalizado - caracterizado pelo intenso uso de novas tecnologias de comunicação - o contínuo e acelerado acesso às notícias, a acirrada competitividade, a efervescência de mudanças políticas e econômicas acabaram por levar a uma sobrecarga informacional, gerando a superficialidade, a pulverização e o rápido esquecimento das informações. Nesse contexto, como forma de combate ao imediatismo, à efemeridade, ao individualismo e à possível desagregação de coletividades, tornou-se premente a necessidade de valorização da memória social. Demanda essa associada à recuperação de valores, à

¹ Doravante, apenas CMPH.

preservação das tradições e à primordialidade de definição de marcos de identificação ligados à etnia, ao gênero, à condição socioeconômica, isto é, a elementos constitutivos das identidades sociais.

Para Michel Pollak (1992), a construção das identidades de sujeitos e grupos se faz sempre na convivência, na interação. Quer-se dizer: a memória social somente pode ser construída na alteridade. Significa afirmar que nos formamos homens e mulheres na relação com o outro. Assim, a noção de pertencimento vincula-se à memória individual e coletiva, as quais se retroalimentam, proporcionando-nos o resgate de sentimentos e lembranças e a comunhão de ideais. Como havia explicado Maurice Halbwachs, ainda nos anos de 1920 e 1930, a memória deve ser entendida como fenômeno pessoal e coletivo, ideia reforçada pelas palavras de Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado:

A memória [...] é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, “coletiva” [...] Ela constitui [...] um elemento essencial de identidade, da percepção de si e dos outros. (FERREIRA; AMADO, 1996: 94-95).

Ao se ter em conta o caráter social da memória, é essencial se destacar a importância de dimensões, sítios, símbolos e rituais que propiciam sua manutenção e reelaboração. A esse respeito, orienta-nos Pierre Nora (1993) que alguns espaços figuram como lugares de memória, reveladores de diferentes versões de acontecimentos compartilhados. Ou seja, para além de fatos e de personagens, as recordações e tradições seriam sustentadas e nutridas por lugares referenciais, os quais, cabe ressaltar, não são apenas físicos. Estes lugares de memória transformam-se em emblemas, favorecendo a manutenção e a reformulação de parte de nossas lembranças. Por meio deles, tomamos contato com informações, narrativas e vestígios que, invariavelmente, carregam intencionalidades, interesses e visões de mundo.

A propósito, saliente-se que a memória guarda silêncios e “não ditos”, sendo sempre fragmentada e seletiva. É escolha à qual subjazem aspirações, projetos políticos, sociais e afetivos. Apresenta-se, desse modo, como território de disputas, objeto de negociações, conflitos e tensões. Os lugares de memória condensariam e traduziriam, então, essas escolhas coletivas e, por vezes, as políticas sociais e culturais para sua salvaguarda e divulgação. Os registros existentes não são, portanto, a história em sua completude, mas “uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da

humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.” (LE GOFF, 1984, p. 95).

Arquivos, museus, centros de memória (de instituições públicas e/ou privadas), ruas, praças, monumentos e celebrações configurar-se-iam, dessa maneira, como ambientes de propagação da memória social de uma coletividade. Daquilo que foi eleito como digno de ser lembrado e/ou conhecido, seja por meio da expressão de costumes, de exposições da mais diversa natureza, de publicações documentais ou do desenvolvimento de pesquisas históricas. Nas palavras de Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais (...). Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos. (NORA, 1993: 9).

Muitas vezes, acredita-se que nesses locais/rituais estaria sendo preservada/contada a própria história da sociedade, remetendo os indivíduos às experiências coletivas, desencadeando identificações e a sensação de reconhecimento entre sujeitos e eventos. É sabido, no entanto, que a memória não é a história. Ambas “são processos de introspecção; uma envolve componentes da outra, e suas fronteiras são tênues. Ainda assim, memória e história são [...] diferenciadas: a memória é inevitável e indubitável prima-facie; a história é contingente e empiricamente verificável.”² (LOWENTHAL, 1998: 66). Memórias são reelaborações, interpretações, narrativas baseadas em pontos de referência. Têm sua gênese no real, porém, dele se distanciam, reconstroem-no. Já a história problematiza as versões. Utilizando-se de metodologias, confronto e questiona representações e relatos, contextualiza-os, historiciza-os, e, sem prescindir da subjetividade do pesquisador, evoca, para si, caráter científico.

Nesse quadro, aflora nas últimas décadas - como um dos caminhos para a construção, preservação e problematização da memória coletiva - a exigência de recuperação das histórias institucionais, seja em âmbito local, regional ou nacional. As instituições assumem o status de

² Sobre a distinção entre memória e história ver Le Goff (1984), Pollak (1992), Nora (1993), Lowenthal (1998). Para Le Goff, a história é a forma científica da memória coletiva, sendo que ambas “aplicam-se a dois tipos de matéria: os documentos e os monumentos.” (LE GOFF, 1984, p. 95). Nora defende que memória e história são distintas, opondo-se em tudo. Em sua interpretação, a memória “é a vida, sempre alcançada pelos grupos viventes (...),” e “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que não é mais (...). A memória é um absoluto e a história não conhece outra coisa que não o relativo”. (NORA, 1993, p. 7-28).

espaços significativos relativamente às experiências de formação e de desempenho intelectual e profissional em contexto específico. Daí decorre a importância de seus registros, de suas memórias, em particular quando marcam a história das localidades nas quais se inserem.

Do mesmo modo, torna-se fundamental que estes espaços possam assumir compromisso amplo em relação à memória histórica, para que se transformem em lócus privilegiados de referência em relação à história das sociedades. Nessa perspectiva, o CMPH tem como objetivo desenvolver pesquisas que possam contribuir não apenas par o conhecimento acerca da história institucional, bem como no que concerne à história de Minas Gerais. Daí a indispensabilidade do trabalho que vem sendo desenvolvido em todas as suas frentes, sejam aquelas ligadas diretamente à trajetória da Universidade ou aquelas que referem-se à história nacional de maneira mais alargada.

Fontes coloniais no CMPH da PUC Minas

Aqui, cabe recuperar algumas informações históricas que dizem respeito às fontes referidas, organizadas e disponibilizadas pelo CMPH.

Os Contos deixaram de existir na segunda metade do século XVIII e, em substituição, surgira o Erário Régio, que se originou no bojo do desmantelamento e perda de força das estruturas do Estado português, “tendo o terramoto de 1755 constituído um dos pretextos e a oportunidade para o desenvolvimento da política reformista do futuro marquês de Pombal” (MARTINS, 2015: 7). A nova instituição foi um elemento fundamental no processo de centralização administrativa, possuindo com intenção e desdobramentos o controle de todo o reino e Ultramar.

Daí decorre que o acervo do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal é a expressão material e histórica da administração em Portugal e demais espaços geográficos que formavam a realidade lusa de então. Ressalte-se, ademais, que a criação do Erário Régio acarretou transformações administrativas estruturais tanto nas instâncias do Poder Central, quanto nas áreas periféricas. Verifica-se, então, no reinado de D. Maria I, cuidadosa transição política, refletida na permanência da maior parte dos secretários de estado, levando à “manutenção da linha reformista josefina-pombalina”.³ Através da formação e preparação do oficialato régio, os poderes do Centro buscaram controlar política e administrativamente seus domínios, reforçando e legitimando o direito do monarca. Salvo raras exceções, é inconteste,

³ SUBTIL, José. Os poderes do centro. As secretarias de Estado. In: MATTOSO, José. (Dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v.4 p. 179.

para os pesquisadores, o perfil centralizador da política pombalina nos diferentes âmbitos do Império português, providências que, em última análise, corresponderam a uma descentralização burocrática. Nesse cenário, como dito, o Erário Régio - órgão instituído em 1761 – configurou-se como aparelho fundamental no processo de racionalização e de centralização da administração e da fiscalização financeira do Império português. Com a sua criação, objetivou-se solucionar o problema da sobreposição de ofícios e funções, além de se normatizar a arrecadação fiscal.⁴

Neste ponto, faz-se mister destacar, conforme salienta Nuno Gonçalo Monteiro, que o lento declínio em Portugal do “governo dos conselhos e tribunais” (na segunda metade do Dezoito), articulou-se com o reforço da administração periférica da Coroa. Aspecto diretamente relacionado a esse fenômeno refere-se ao crescente número de magistrados, em particular na América portuguesa, “acompanhando o ciclo do ouro joanino”. Afirma o autor, contudo, que as verdadeiras mudanças, no que tange aos conteúdos da política, aconteceriam somente mais tarde, no período correspondente ao governo de D. José (1750-1777).

Nessa perspectiva, os resultados transparecem, inclusive, pela necessidade de constante comunicação entre Reino e Ultramar, contribuindo para robustecer a identidade comum entre os dois lados. Tal aspecto manifesta-se nas fontes organizadas e publicadas, via *site* do CMPH, porquanto a constante menção à documentação nos manuscritos, normalmente, vem seguida da insistência na necessidade de se manter em dia o diálogo entre a metrópole e os administradores na América, o que acabou por acarretar na produção de enorme e rica massa documental.

Fica clara, dessa maneira, a relevância do acervo ora apresentado para o estudo da realidade colonial e para a preservação e contínua problematização de nossa memória histórica. Cientes do valor desse projeto, o CMPH, intenciona profissionalizar-se cada vez mais na identificação, compilação, organização e disponibilização de acervos respeitantes à história do América portuguesa. Direciona-se, em última instância, no sentido de se constituir como Centro de Pesquisa acerca da realidade colonial, além de abrigar documentos históricos de diferente natureza, assume a condição de “lugar de memória” institucional, ampliando, assim, seus horizontes e entrelaçando caminhos.

⁴ Sobre a criação e as funções do Erário Régio, ver: SUBTIL, José. Os poderes do centro. O Erário Régio. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, v.4, p. 172-174. 1993. Cf.: SILVA, Álvaro Ferreira da. Finanças públicas. In: LAINS, Pedro.; SILVA, Álvaro Ferreira da (org). **História económica de Portugal, 1700-2000**; v. 1- O século XVIII – Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. Cap. 8, p.237-261.

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, Edit. FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE, Marli Brito; KLEIN, Lisabel Espellet. Pensando a fotografia como fonte histórica. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 297-303, jul/set, 1987. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v3n3/v3n3a08>. Acesso em 18/02/2015.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BARBOSA, Andréia Arruda. Memória Institucional: possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional. **9º Encontro Internacional de História da Mídia**. - UFOP- Ouro Preto Minas Gerais. Anais. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos>. Acesso em 17/02/2015.
- BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (Orgs.). **Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português; séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico (...)**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. v. 3.
- BOSCHI, Caio César; QUINTÃO, Régis Clemente. **Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015. 688 p.[*e-book*]. Disponível em: <http://www.pucminas.br/centrodememoria/index.php?file=publicacoes>.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. (Coord.). **Cultura epistolar en la Alta Edad Moderna: usos de la carta y la correspondencia entre el manuscrito y el impreso**. Madrid: Universidad Complutense, 2006.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII)**. Madrid: Síntesis, 1992. (História Universal Moderna, v. 5).
- BOXER, Charles R. **A idade do ouro no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.
- BURKE, Peter. **A arte da conversação**. Tradução Alvaro Luiz Hattnher. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.
- BURKE, Peter. Os usos da alfabetização no início da Idade Moderna. In: BURKE, Peter; POTER, Roy (Org.). **História social da linguagem**. Tradução Alvaro Luiz Hattnher. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p. 14-41.
- CAMARGO, Ana Maria; BELLOTO, Heloísa Liberalli. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CARDIM, Pedro. **Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime**. Lisboa: Cosmos, 1998.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000. (Projeto Como Fazer, v. 5).

FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. *Revista de História Oral*, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998. (Conferência pronunciada na abertura da **IX International Oral History Conference**, realizada na Suécia, em junho de 1996).

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, Júnia F. Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para o império marítimo português no século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 107-130.

FURTADO, Júnia F. Honrados e úteis vassallos: os contratadores dos diamantes e a burguesia pombalina. In: MENEZES, Lená Medeiros, *et al* (org). **Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 147-173.

FURTADO, Júnia Ferreira. Fidalgos e lacaios. In: **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas**. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 29-86.

FURTADO, Júnia Ferreira. O Erário Régio e a Real Extração dos Diamantes: possibilidades de pesquisa. In: BOSCHI, Caio César; QUINTÃO, Régis Clemente. **Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015. 688 p.[e-book]. Disponível em: <http://www.pucminas.br/centrodememoria/index.php?file=publicacoes>.

HESPANHA, António Manuel. Fazer um império com palavras. In: XAVIER, Ângela, Barreto.; SILVA, Cristina Nogueira da. (Orgs.). **O governo dos outros: poder e diferença no Império português**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2016. p. 67-100.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **Memória– História**. Trad. port. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 94-105. (Enciclopédia Einaudi, 1).

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **Memória-História**. Trad. port. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 11-50. (Enciclopédia Einaudi, 1).

LOPEZ, André Porto Ancona. Documentos imagéticos de arquivo: uma tentativa de utilização de alguns conceitos de Panofsky. Sinopses. São Paulo, n.31, p. 49-55, 1999. _____, André Porto Ancona. **Princípios arquivísticos e documentos digitais**. Arquivo Rio Claro, Rio Claro, v.2, p.70-85, 2004.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 63-118, nov. 1998.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira Martins. Prefácio. In: BOSCHI, Caio César; QUINTÃO, Régis Clemente. **Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015. 688 p.[e-book]. Disponível em: <http://www.pucminas.br/centrodememoria/index.php?file=publicacoes>.

MEGIANI, Ana Paula. Imprimir, regular, negociar, elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo português (1500-1640). In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia F.; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos povos**, São Paulo: Alameda, 2009. p.131-151.

MILLER, Daniel. Artifacts and the meaning of things. In: Ingold, T. (Ed.). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London: Routledge, 1994. p. 396-419.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e a administração de Antigo Regime (1736-1834). In: SOUSA, Paulo Silveira e; ALMEIDA, Pedro Tavares de. (Coord.). **Do Reino à Administração Interna: história de um ministério (1736-2012)**. Lisboa: Casa da Moeda, 2015. p. 23-38.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; FRAGOSO, João Luís Ribeiro (Coord). **A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580 – 1808)**; Reino, Atlântico e Brasil. Projeto de pesquisa financiado pela Fundação para Ciência e Tecnologia – FCT, de Portugal. (Trabalho concluído, em vias de publicação).

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

ROMEIRO, Adriana. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral, (Orgs.). **Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. p. 387-401.

SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manoel (Orgs.). **O domínio da distância: comunicação e cartografia. História e cartografia**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Departamento de Ciências Humanas, 2006.

SILVA, Álvaro Ferreira da. Finanças públicas. In: LAINS, Pedro.; SILVA, Álvaro Ferreira da (org). **História económica de Portugal**, 1700-2000; v. 1- O século XVIII – Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. Cap. 8, p. 237-261.

SUBTIL, José. Os poderes do centro. As secretarias de Estado. In: MATTOSO, José. (Dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v. 4, p. 157-271.

SUBTIL, José. Os poderes do centro. O Erário Régio. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v. 4, p. 172-174.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José. (Dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v. 4, p. 381-393.